



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA EM SÃO JOSÉ DE MIPIBU

EDITAL 005/2018

Participantes (relação anexa)

ABERTO OS TRABALHOS, A CORREGEDORA GERAL DE JUSTIÇA DO TJRN, DESA. MARIA ZENEIDE BEZERRA, APRESENTOU OS RESULTADOS ALCANÇADOS EM 2017 E O PLANEJADO PARA 2018 TENDO COMO META O CUMPRIMENTO DO SEU PLANO DE AÇÕES – BIÊNIO 2017-2018. EM SEGUIDA ABRIU ESPAÇO PARA MANIFESTAÇÕES DOS PRESENTES.

SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES, DÚVIDAS APRESENTADAS:

- Verônica Senra da Silva, Presidente da Câmara dos Vereadores agradeceu aos presentes, especialmente à Corregedoria Geral de Justiça, a essa proximidade do Judiciário com a população, ao Justiça na Praça, lamentou a pouca quantidade de presentes pela oportunidade ímpar de participar deste momento, elogiou a Juíza e sua equipe, mas reclamou da quantidade de processos na Comarca, o que causa um congestionamento considerável e solicitou que tivesse um juiz criminal, a fim de distribuir a demanda.
- A Desembargadora disse que a Cidade precisa solicitar, assim como foi o Justiça na Praça. Com relação à demanda de processos, disse que a Comarca deve ver se existe uma Gestão Administrativa eficaz, mas que pode ver também se consegue trazer alguém pra um auxílio jurisdicional, bastando que Dra. Miriam solicite.
- Dra. Miriam confirmou que existem muitos processos, com uma entrada de processos mensal considerável, que a Desembargadora tem razão quando fala da gestão eficaz, mas que está se adequando às prioridades, sem descumprir as metas da Corregedoria, que temos hoje uma quantidade razoável de estagiários tanto do TJ quanto do Convênio da Prefeitura, que antes não tinha e que agora está procurando melhorar essa gestão. Quanto às crianças acolhidas relatou que existem várias crianças acolhidas no Abrigo em Nísia Floresta e que sentenciou recentemente um processo destituindo sete crianças de um mesmo processo.
- A Desembargadora solicitou do poder local que houvesse um Abrigo para crianças neste Município, falou do Conselheiro Tutelar que não conhece seu verdadeiro papel, que tem que exigir mais as ferramentas que tem direito.
- Aline, Coordenadora do Creas do Município, que tem dúvida se existe equipe técnica, que tem muitos pedidos de elaboração de parecer sociopsicológico, que o trabalho do Creas não tem esse caráter. Dra. Miriam disse que, de fato, o Núcleo de

Perícias está com seus serviços temporariamente suspensos, mas que na parte de Infância e Juventude pode ser utilizado o pessoa da Coodenadoria da Infância e Juventude.

- José Gomes da Costa Neto, Procurador do Município, relatou que está há dez anos no Município e elogiou a atuação da Magistrada e do atendimento da Comarca e que está à disposição. Perguntou se, com base numa população de 50 mil habitantes, se não pode ter mais de um juiz. Comentou da implantação do PJE.
- A Desembargadora falou dos entraves do PJE. Comentou dos Convênios que o TJ possui, da impossibilidade atual para realizar concursos, agradeceu aos terceirizados e estagiários, que auxiliam muito os juizes, da oportunidade, inclusive, dos estudantes de nível médio que entraram pelo concurso de estágio de nível médio. Que vai solicitar ao presidente um juiz pra auxiliar a juíza local. Falou do Projeto da Adoção que ocorrerá em maio, Projeto "Eu Existo".
- Dalton Emerenciado, Secretário de Obras do Município e responsável por um blog , agradeceu a esta oportunidade de proximidade do Judiciário com a sociedade, a importância da continuidade de um programa de gestão. Relatou que São José de Mipibu, cidade da Grande Natal, sofreu muito com a violência num passado recente, que chamou as polícias locais e viu que havia falta de comunicação, criaram um whatsapp de canal com a população e isso auxiliou na melhoria dos serviços da própria polícia. Solicitou que o Ministério Público e o Judiciário tenham um canal de comunicação para que a população possa se comunicar com esses poderes. Lembrou que Dr. Benilton, Ex-Promotor de Justiça desta Cidade quebrou o paradigma de distância com o Judiciário. Lembrou que Dr. Marcus Vinícius, Juiz de Direito, revolucionou o Judiciário de Nísia Floresta, porque tinha uma gestão prática e aberta.
- Dr. Diogo Maia Cantídio, Pomotor de Justiça, parabenizou a Corregedoria de Justiça, na pessoa da Desembargadora, agradeceu a Dra. Miriam ao Convite e elogiou seu trabalho ou que está aqui há poucos meses, mas que foi nomeado como titular recentemente, falou do mal da morosidade processual, mas da dificuldade que o juiz tem pela falta de servidores e da demanda de trabalho, chamou o poder público para ter também esse acesso com a população após as eleições e que o Judiciário tem aberto suas portas. Quanto ao apoio do Creas nos pareceres sociais, por exemplo, apesar de não ser uma atribuição direta, mas é a ferramenta que muitas vezes tem. Outra saída são as transações penais, onde o Judiciário pode destinar valores das prestações pecuniárias que se converte em benefício à sociedade. Que conversou com o Capitão Roure para apresentar projetos, inclusive um celular para canal através de whatsapp com a população na viatura. Ainda com relação à morosidade, falou da dificuldade da demanda de informações que precisa, tanto promotoria e comarca precisam passar para Corregedoria e os Conselhos Nacionais. Relatou que possui dois assessores e se não seria o caso de Dra. Miriam contar com dois assessores também. Elogiou mais uma vez Dra. Miriam pela sua receptividade com o público e seu trabalho, diante de tantas dificuldades. Dra. Miriam ratificou suas palavras e se colocou à disposição da população.
- A Desembargadora falou com relação ao Projeto de Destinação das Prestações Pecuniárias, onde qualquer instituição pode apresentar projetos e ser beneficiado,

assim como ocorreu nas Câmeras

- Dr. Marcos Geriz de Oliveira, Delegado de Polícia Civil desta Cidade, cumprimentou a mesa e comentando sobre a morosidade da justiça, relatou que não tem do que reclamar à Promotoria e a Dra. Miriam, pois sempre sentiu celeridade no que precisou enquanto Delegado de Polícia local. Sente dentro dos 15 anos de trabalho a falta de comunicação, por exemplo com o Hermes, se há previsão da Polícia entrar no Sistema on line com o Tribunal. Perguntou também se existe alguma novidade em melhorar a sistemática da Violência Doméstica, que é uma demanda muito grande local. A Desembargadora disse que há possibilidade do Estado solicitar essa parceria, já existe com as penitenciárias, com os cartórios, não há porque não ter com as Delegacias. Com relação à Violência Doméstica, comentou o excesso realmente de violência doméstica no Nordeste e que trabalhos têm sido feitos pelo Judiciário e pela Polícia no sentido de melhorar esses serviços.
- Dr. Elói Alves, chefe de gabinete da prefeitura, cumprimentou a mesa e parabenizou aos presentes, como causídico atuante na Comarca acompanha de perto o trabalho de Dra. Miriam e elogiou ela e sua equipe. Não vejo a morosidade como uma razão única, relatou da dificuldade de defensores públicos, principalmente na área criminal, muitas vezes tendo ajudado neste papel e que se dispõe sempre que puder, mas que é preciso que exista esse serviço para a população, o Estado deveria fazer esse papel. Como representante do executivo, fala da importância da criação de um Abrigo para Crianças, viu inclusive nas pautas do legislativo já este pedido, e que isso pode ser visto, de repente, já no próximo orçamento. Com relação ao pedido de auxílio de um juiz, ratificou, achando primordial essa ajuda. Dra. Miriam agradeceu às palavras e ao auxílio disponibilizado nas audiências criminais e vê a importância da criação deste Abrigo. A Desembargadora lembrou o FIA - Fundo da Infância e Adolescência e de como este Fundo pode ajudar, inclusive na criação de famílias acolhedoras, auxiliando essas famílias com esses valores e substituir inclusive o aparato do Abrigo e fez mais uma vez o chamamento ao executivo para fazer executar as leis.
- Wendhell Rodrigues, estagiário do Bolsa Estágio desta Comarca, relatou uma necessidade sobre a quantidade de máquinas para os servidores, onde a Desembargadora sugeriu a continuarem solicitando.
- Dra. Miriam agradeceu a oportunidade desta Audiência. A Desembargadora agradeceu a todos, relatou que o juiz deve mostrar o que é feito pela sua Comarca e do prazer deste momento.

FINALIZADA A AUDIÊNCIA, A PRESENTE ATA SEGUE ASSINADA PELA DESA. MARIA ZENEIDE BEZERRA, CORREGEDORA GERAL DE JUSTIÇA E PELA JUÍZA, DIRETORA DESTA COMARCA, . MIRIAM JÁCOME DE CARVALHO SIMÕES.

São José de Mipibu, 20 de Março de 2018.

3


02924751
Hermes
Malote Digital

Enviado em 21/03/2018 09:45:39

DESA. MARIA ZENEIDE BEZERRA

DRA. MIRIAM JÁCOME DE CARVALHO SIMÕES

J. J. J.
M.P.

Sr José Nóbil -

DISPENSADOR

jurado municipal

Francisco de Assis ~~de~~ ~~Carvalho~~ - DISPENSADO

Genice Pereira de Costa - Direção

Classificação Ingresso de Direito Carreira - Detran Provisória (Psicólogo)

Francisco Jorge Martins (Van da Fazenda Pública)

Alvares S. Barbeiro - VEP. FARMACIA

Marcio José dos Santos Bassotto - U.F.P. Pousa Marinha - RN

Enler Henrique J. Fernandes - VEP. Pousa Marinha

Carlos Barros - VEP - Cirurgião

Thino José Fernando Lacerda de Sós

Wanda Getulio de Araújo Fernandes - 1ª Vara Cível

WANDSON CRISTIAN NOBESIMA BARROS 1ª VARA CÍVEL

Maria Cláudia B. de Souza 1ª Vara Cível

Mariane Medeiros de Araújo Soares - 1ª Vara de Família

Heliana Rodrigues da Silva Souza 1ª Vara de Família

Eynthia Lopes de Oliveira Silveira 1ª Vara de Família

MELESLEY DE BARROS MARTINS - SUPLENTE DA FAZENDA PÚBLICA

François Rodrigues Da Silva Junior - 1ª Vara Fazenda Pública

Luiza Cristina S. F. Alves - 1ª Vara Cível

AUDIENCIA PÚBLICA
LISTA DE PRESEÇA

St José de Nupihê

DIRETA



Genalves Jamurici de Almeida
Virado Omeijado Costa

Alvaro Venâncio
Yone R S Gilvira

Yolane S A Carlos
Fonitico Pontalim E. Moura

Francineia dos Anjos Melo
14 - Danielle Simionetti

Aparecida de S. Soriano
Brenda Euzym D. Costa

Francineia Fes da Silva
Helen de Aguiar Albin de Lima

DEYSS DE OLIVEIRA MORAES
Arlindo de Aguiar

João Vinícius F. da X
Euzym de Aguiar